

**Exma. Sra. Dra. Carmen Sofia Nascimento,  
MD Ouvidora Geral do Município do Recife**

**LUIZ GOTARDO BETTO**, brasileiro, casado, analista de sistemas, CPF 173.297.360-15, funcionário da Emprel sob a matrícula 208-9 e lotado funcionalmente na Diretoria de Planejamento e Atendimento (DPA), vem mui respeitosamente expor e ao final requerer o que se segue:

01 - Em 18 de dezembro de 1996, por força do art. 79, § 2º, inciso XXX, da Lei Orgânica do Município do Recife, o requerente adquiriu o ***direito à vantagem pessoal da estabilidade financeira*** equivalente a 80% (oitenta por cento) da gratificação atribuída ao Secretário Municipal, através de regular processo administrativo deferido à época pelos órgãos competentes da Prefeitura do Recife, constituindo-se, pois, ato jurídico perfeito.

02 - Em decorrência do art. 79, § 2º, inciso XXXIII, da Lei Orgânica do Município do Recife, com regulamentação dada pela Lei Municipal nº 17.490, de 29 de agosto de 2008, e pelo Decreto nº 24.598, de 09 de julho de 2009, o requerente teve atualizado o valor de sua estabilidade financeira, com estrita observância à base de cálculo e ao dispositivo legal vigente à época do direito adquirido, ou seja, 80% (oitenta por cento)

do valor atribuído ao Secretário Municipal naquele momento, estipulado no art. 1º, inciso III, da Lei Municipal nº 17.301, de 05 de fevereiro de 2007, com efeitos financeiros contados a partir de 1º de outubro de 2008, por meio de regular processo administrativo deferido pelas então Secretarias de Administração e Gestão de Pessoas e de Assuntos Jurídicos da Prefeitura do Recife.

03 - Acontece que, após a referida atualização de valor, ocorrida em 1º de outubro de 2008, essa vantagem pessoal do requerente, de natureza eminentemente salarial, permaneceu “congelada” até então, sem a incidência dos reajustes salariais gerais previstos nos Acordos Coletivos firmados pela EMPREL, a partir do ano de 2009.

04 - Ainda, cabe ressaltar que, no âmbito da EMPREL, a forma de reajustamento dessa parcela salarial incorporada ao patrimônio jurídico do requerente, foi objeto dos Pareceres nºs 0359/2019 e 0929/2020, da Procuradoria-Geral do Município, devidamente aprovados por instâncias superiores, exarados no bojo do Processo NN.2018.02.003626.

05 - Observe-se, ainda a decisão do TRT - 6ª Região:

**SÚMULA Nº 13**  
**EMPREGADO PÚBLICO. ESTABILIDADE FINANCEIRA. ÍNDICE DE REAJUSTE**

*Ao empregado público, que adquiriu o direito à incorporação de gratificação pelo exercício de função comissionada, em razão do princípio da estabilidade financeira, **assegura-se o reajuste salarial geral, mas não a vinculação aos mesmos índices e critérios de revisão aplicados à remuneração dos cargos e funções comissionados.***

*RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA 17/2009 (link externo) -  
3ª PUBLICAÇÃO NO DOE / PE: 28/08/2009.*  
**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA TRT - 017/2009**

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO**, em sessão administrativa realizada em 06 de agosto de 2009, sob a presidência da Excelentíssima Senhora Desembargadora **ENEIDA MELO CORREIA DE ARAÚJO**, com a presença de suas Excelências, o Desembargador Vice-Presidente André Genn de Assunção Barros, o Desembargador Corregedor Ivanildo da Cunha Andrade, o Desembargador Gilvan Caldas de Sá Barreto, o Desembargador Nelson Soares Júnior, a Desembargadora Zeneide Gomes da Costa, a Desembargadora Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel, a Desembargadora Gisane Barbosa de Araújo, o Desembargador Pedro Paulo Pereira Nóbrega, a Desembargadora Virgínia Malta Canavarro, a Desembargadora Valéria Gondim Sampaio, o Desembargador Ivan de Souza Valença Alves, o Desembargador Valdir José Silva de Carvalho, o Desembargador Acácio Júlio Kezen Caldeira, a Desembargadora Dione Nunes Furtado da Silva, a Desembargadora Dinah Figueirêdo Bernardo e a Desembargadora Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino, e do Excelentíssimo Senhor Procurador-Chefe, em exercício, da Procuradoria Regional do Trabalho da Sexta Região, Dr. Fábio André Farias, apreciando a proposta constante do expediente protocolizado sob o n. TRT-10307/09,

**R E S O L V E U**, por unanimidade, **APROVAR** como Súmula na uniformização da jurisprudência deste Tribunal, em cumprimento ao disposto no art. 104, inciso V, do Regimento Interno, o seguinte enunciado:

**SÚMULA n. 13 – “EMPREGADO PÚBLICO. ESTABILIDADE FINANCEIRA.**

**ÍNDICE DE REAJUSTE.** – Ao empregado público, que adquiriu o direito à incorporação de gratificação pelo exercício de função comissionada, em razão do princípio da estabilidade financeira, assegura-se o reajuste salarial geral, mas não a vinculação aos mesmos índices e critérios de revisão à remuneração dos cargos e funções comissionados”.

Publique-se.

Recife/PE, 06 de agosto de 2009.

**ENEIDA MELO CORREIA DE ARAÚJO**

*Desembargadora Presidente do TRT da Sexta Região*

06 - Saliente-se, que este reajuste já foi concedido administrativamente ao funcionário municipal, da URB, em idêntica situação:

- Fernando José Amyntas da Costa Barros, matrícula 81990, da URB, com valor de gratificação (abril.2022), reajustada para R\$ 25.235,91.

07 - Diante de todo o exposto, requer a Vossa Senhoria que se digne:

a) autorizar a divulgação para este requerente de cópia do processo que resultou no reajuste do valor da estabilidade financeira do funcionário Fernando José Amyntas da Costa Barros, matrícula 81990, da URB;

b) informar a planilha financeira, também do referido funcionário, com a determinação dos valores atrasados devidos ao mesmo, em decorrência da atualização da estabilidade financeira e de seus consectários.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Recife, 23 de fevereiro de 2024.

### Detalhamento do Servidor

Ano:	2022
Mês:	5
Órgão/Entidade:	URB RECIFE
CPF:	***.796.824-**
Matrícula:	81990
Nome:	FERNANDO JOSE A DA C BARROS
Categoria:	CELETISTAS
Cargo:	ADMINISTRADOR
Função:	SEM INFORMACAO
Vencimento do Cargo:	1.013,15
Gratificação da Função:	0,00
Remuneração Mensal:	21.731,54
1/3 Férias:	0,00
13º Salário:	0,00
Outras Vantagens:	2.013,13
Diferença Meses Anteriores:	0,00
Total de Vantagens:	23.744,67
Desconto do Excedente de Remuneração:	0,00
Desconto de Faltas e/ou Restituições ao Município:	0,00
Desconto de Previdência Oficial:	828,38
Desconto de Imposto de Renda:	5.432,62
Desconto Compulsórios:	6.261,00
Valor Líquido:	17.483,67
Lotação Secretaria/ Diretoria:	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

### Detalhamento do Servidor

Ano:	2022
Mês:	8
Órgão/Entidade:	<div>Mês</div> URB RECIFE
CPF:	***.796.824-**
Matrícula:	81990
Nome:	FERNANDO JOSE A DA C BARROS
Categoria:	CELETISTAS
Cargo:	ADMINISTRADOR
Função:	SEM INFORMACAO
Vencimento do Cargo:	1.013,15
Gratificação da Função:	0,00
Remuneração Mensal:	21.731,54
1/3 Férias:	0,00
13º Salário:	0,00
Outras Vantagens:	25.235,91
Diferença Meses Anteriores:	0,01
Total de Vantagens:	46.967,46
Desconto do Excedente de Remuneração:	0,00
Desconto de Faltas e/ou Restituições ao Município:	0,00
Desconto de Previdência Oficial:	828,38
Desconto de Imposto de Renda:	5.432,62
Desconto Compulsórios:	6.261,00
Valor Líquido:	40.706,46
Lotação Secretaria/ Diretoria:	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO